

SELMA ÁRABE ANDRIETTA

MINAS ROCEIRA:
AGRICULTURA MERCANTIL DE SUBSISTÊNCIA
MARIANA, 1819

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Campus Mariana, para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio

Mariana

2001

Este trabalho é dedicado à memória de meu primo

Fernando Árabe Gravatim.

Sumário

Agradecimentos.....	4
Introdução.....	5
1. Historiografia da Mineração.....	8
2. Fronteira e Formação Econômico-Social.....	20
3. Minas Roceira.....	24
Fontes.....	36
Referências Bibliográficas.....	36

AGRADECIMENTOS

Minha maior dívida fica registrada ao professor e amigo Renato Pinto Venancio. Sua orientação, sempre atenta e incentivadora, possibilitou não somente o apoio financeiro do CNPq - ao qual sou grata - como também despertou em mim a paixão pela pesquisa histórica como instrumento capaz de transformar preconceitos e atrasos, tão presentes em nossa sociedade, em soluções possíveis. Também influenciaram em minha formação, de maneira inesquecível, os professores Ronald Polito, Andréa Lisly Gonçalves, Henrique Carneiro e Myriam Bahia Lopes. Agradeço a José Guilherme Ribeiro, por nossas discussões sobre Celso Furtado e Caio Prado Júnior. À Antonio Carlos Jucá de Sampaio, por seus preciosos comentários sobre o projeto desse trabalho. Aos professores José Arnaldo Coêlho Aguiar, Ângelo Alves Carrara, Adriano Gama Cerqueira e Edna Mara Ferreira da Silva, por suas aulas. Agradeço a gentileza com a qual sempre me atenderam os funcionários do ICHS. Em especial à Marli, da História, Arlete, do Colegiado e Geraldinho, da Biblioteca.

Ao professor Iraci Del Nero da Costa e sua filha, Valéria Costa, pela orientação e carinho. Ao professor João Luís Ribeiro Fragoso, que leu o projeto deste trabalho e contribuiu com comentários valiosos. Ao professor José Flávio Motta, pela leitura de resultados parciais desta pesquisa e suas avaliações.

Ao Arquivo da Câmara e sua funcionária, Renata Romualdo, sempre gentil e eficiente. Ao Arquivo da Casa Setecentista de Mariana e da Cúria de Mariana e aos seus funcionários.

Aos meus colegas de graduação, sem citar nomes, pois todos eles foram importantes em minha trajetória pela UFOP, pelo apoio e carinho recebidos.

Aos meus amigos e parentes de São Paulo, que torceram por mim mesmo à 700 km de distância. Ao Tone, pelo incentivo.

Ao meu pai, meu primeiro mestre, por ser meu amigo incondicional.

Introdução

Esse estudo é resultado de um projeto financiado pelo CNPq, através do PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/ UFOP, cuja duração foi de agosto/2000 a agosto/2001. A pesquisa conta com a orientação do professor Dr. Renato Pinto Venancio, do departamento de História da UFOP.

A linha de pesquisa deste trabalho é a História Econômica do Brasil, e restringiu-se, em razão da irregularidade das fontes, ao ano de 1819. Trata-se de um estudo regional e comparativo do "Termo de Mariana", capitania de Minas Gerais. Pretendemos analisar, de forma sincrônica, um sistema econômico baseado na mineração em crise e na agricultura mercantil de subsistência.

Analisar essas tendências historiográficas, contrastando as opiniões mais tradicionais com os trabalhos mais recentes, é a nossa tarefa na parte 1. Não pretendemos fazer um levantamento historiográfico exaustivo, mas sim capaz de ilustrar as expressões que consideramos mais pertinentes ao debate sobre a exploração do ouro em Minas Gerais e sua crise. Nosso interesse é o de investigar como podem ser caracterizados dois contextos sócio-econômicos da região de Mariana, um localizado nas antigas áreas produtoras de ouro e outro, na Zona da Mata, em espaço propício à agricultura.

No mundo colonial, as fronteiras eram complexas e bem diferentes das que conhecemos atualmente. Um estudo que pretenda ser regional necessita ser específico, pontual e verticalizado. É preciso que se caracterize as condições geográficas e populacionais, para evitar as generalizações inadequadas. A proposta de Carla Almeida (1995), por exemplo, indica traços econômicos, para Mariana da segunda metade do

século XVIII e primeira do século XIX, que contradizem a idéia de crise motivada pelo declínio da extração do ouro. Carla Almeida aponta a atividade agropecuária como forma de geração de renda para a população local. Concordamos com essas conclusões, mas discordamos da abordagem regional a ela subjacente, pois, quando da análise da região em questão, a referida autora desprezou os diferentes espaços sócio-econômicos que a "Mariana da época" compreendia¹. Como veremos mais adiante, a sede de Mariana e de suas regiões mineradoras não poderiam receber o mesmo tratamento que as regiões de produções agrícolas ou têxteis. Se, para esse estudo, Carla Almeida tivesse atentado para as primeiras regiões estabelecidas no Termo, perceberia que algumas das localidades que compunham a Mariana colonial tinham realmente entrado em crise ou decadência, como sugere a historiografia tradicional da mineração, a qual discutiremos a seguir.

Desde a década de 1930, a história econômica de Minas Gerais foi analisada através de teorias e conceituações diferenciadas. Alguns historiadores privilegiaram a idéia de "ciclo econômico", insistindo no caráter exógeno da economia colonial. Outros apostaram em pesquisas empíricas, sublinhando a existência de regiões, ao norte de Minas, onde prevalecia a atividade agropecuária, ou seja, aquela não destinada à exportação. A exemplo do artigo "Os não-proprietários de escravos: nota sobre uma pesquisa em andamento" (COSTA, 1983), vários outros estudos revelaram que não se pode mais pensar em economia colonial simplesmente separando a população em três segmentos: senhores, escravos e desclassificados. De fato, o que temos no Brasil colonial é um complexo econômico e demográfico, onde senhores, cativos, mercadores, fidalgos, homens pobres e muitos miseráveis ocupavam, concomitantemente, diferentes

¹ O início do povoamento em Mariana se deu por volta de 1696, sendo que a Câmara, com seus sistemas administrativos, foi estabelecida em 1711, como Termo Real Villa de Nossa Senhora do Carmo, pertencente à Comarca de Vila Rica. Em 1777 passa a chamar-se Mariana, que em 1823 possuiu seis freguesias. Para maiores informações a respeito de criações e supressões de comarcas, termos, vilas, arrais e curatos, consultar: CARVALHO (1922).

porções do território. Essa diversidade do Brasil colonial, ainda em estudo, carece do estabelecimento de categorias e modelos que expliquem uma sociedade composta por pequenos senhores escravistas e por roceiros que praticavam uma agricultura mercantil de subsistência.

Tendo em vista essa lacuna, cremos que a história regional possa contribuir para a renovação da historiografia colonial, pois suas pesquisas pontuais revelam aspectos singulares de determinados espaços e períodos históricos que, quando somados, podem configurar um modelo de análise global, não somente da economia, mas também da sociedade e da cultura do Brasil. A questão da formação social brasileira, aliada à questão da expansão da fronteira agrícola, é o nosso assunto na parte 2 deste trabalho. Na parte 3 encontram-se os resultados da pesquisa quantitativa. Trabalhamos os dados coletados nas fontes de forma a concluir que, em Minas Gerais, encontrava-se um contingente expressivo de não-proprietários de escravos e que não pertenciam à atividade principal, a exportadora. Conforme Costa observa (1992: 69): *"Trata-se, de fato, de grupo fundamental na formação de nossa população e do povo brasileiro. Excluídos que estavam da propriedade de escravos quase se viram excluídos de nossa própria história."*

As fontes utilizadas para essa pesquisa foram três listas nominativas de habitantes do Termo de Mariana, pertencentes ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, onde várias outras listas encontram-se a disposição para consulta, algumas ainda inéditas. As listas consultadas foram: Lista nominativa de habitantes de Mariana, de Passagem e de Santa Rita do Turvo, todas do ano de 1819. Utilizamos o método da demografia histórica para análise e comparação das listas.

1. Historiografia da mineração

Roberto Simonsen (1978) inaugurou, em 1937, um novo modelo historiográfico, na tentativa de explicar o porquê do subdesenvolvimento brasileiro. Na década de 1930 generaliza-se a categoria de "sistema colonial", assim como o conceito de "tipo econômico". A história econômica nasce em contraposição à história corrente, que estava a serviço do projeto de nação, na qual as questões de identidade cultural, como "o que era ser brasileiro" estavam em pauta. Para a análise da evolução econômica da sociedade brasileira, Simonsen explorou a noção de "ciclos econômicos". Através desse conceito, ele divide a economia do Brasil Colônia em ciclos básicos, comuns a várias regiões do território colonial. Assim sendo, temos o ciclo do pau-brasil, que tinha por base a mão-de-obra indígena; o ciclo da economia açucareira, que se baseava na grande propriedade de terras e escravos que trabalhavam na monocultura da cana-de-açúcar; assim como o ciclo da economia mineradora, também escravista, que exigia poucos recursos técnicos e possuía fiscalidade elevada. O conceito de "ciclos econômicos" compreende as fases de estabelecimento, apogeu e declínio de várias regiões que compunham a sociedade colonial. A noção de decadência de um ciclo e o início de outro se manteve por longos anos e, ainda hoje, encontramos esse conceito nos livros didáticos de história.

Simonsen aborda, também, a noção de "fronteira". Defendeu a existência de espaços efetivos da economia de acordo com o ciclo a que ela estava subordinada. Apesar de privilegiar "espaços" específicos das atividades econômicas, sua conceituação de ciclos se contrapõe aos estudos regionais. Isto porque generaliza toda a

economia, como se ela fosse a mesma para todas as localidades, negando também a existência das atividades de subsistência nas áreas centrais do sistema econômico.

É possível, porém, que, para algumas regiões, seu modelo funcione. Embora somente a pesquisa empírica possa confirmar ou não sua tese. De maneira geral, concordamos com Linhares e Teixeira da Silva (1981): *"(...) um produto ou atividade que após seu apogeu decai ou mesmo desaparece, temos em mente, com clareza, a inexatidão e a incapacidade do ciclo de dar conta da complexidade da atividade econômica. Se pensarmos na história do Brasil (excetuando-se o 'caso' do pau-brasil), veremos que nenhum produto, ou atividade, desaparece. Às vezes, nem mesmo decai, como no caso do açúcar. Na verdade, o que aconteceu deve ser explicado por fatores que dizem respeito às condições do mercado consumidor mundial, ao nível técnico da produção, à competitividade do produto e/ou às condições naturais da produção. Coloca-se, aqui, a questão teleológica: nada nos diz, a priori, que o produto estudado deverá desaparecer ou decair, constituindo-se num ciclo - fora, é lógico, no caso já citado do pau-brasil ou do ouro e dos diamantes e, mesmo aí, a desapareição é local, não impedindo o ressurgimento em outra época ou região."*

Em 1942, Caio Prado Júnior (1999) publica sua interpretação a respeito do Brasil colonial. Caio Prado classifica a colonização da América portuguesa como colônia de "exploração", ou seja, aquela que dá origem a uma economia voltada para fora. Com esse conceito, ele lança a idéia de "sentido da colonização". Para o autor, esse tipo de colonização tem por finalidade a exportação de matéria-prima para o mercado europeu. Nessa noção de "sentido" não há espaço para a questão cultural, ou seja, não importa a cultura do colonizador, pois não é ela que vai definir ou influenciar o futuro da Colônia, mas sim o objetivo da colonização. Para o autor, o que caracteriza

uma colônia de exploração é a alta fiscalidade, sob o controle rígido da metrópole, e o monopólio, não só de comercialização mas também o produtivo.

Analisar a obra de Caio Prado Júnior é remeter-se a um de nossos maiores clássicos, tanto na história, como na sociologia, economia e também geografia. Isso porque o autor elencou em sua obra uma série de elementos que possibilitaram uma visão de conjunto sobre a formação de nosso país. Todavia, como acontece somente aos grandes clássicos, seu modelo de interpretação sofreu – e sofre – várias revisões. Não com intuito de desvalorizar a grandeza de seus tratados, mas com a incumbência de remodelar certas posturas, retrabalhar certos conceitos. Essas novas interpretações se prestam, então, não apenas para corrigir algumas falhas compreensíveis, mas também para reafirmar a importância da obra caiopradiana, já que esta é retomada cada vez que se lança uma nova obra de revisão.

Uma das críticas atribuídas à Caio Prado é quanto a utilização das fontes impressas em detrimento das fontes primárias. Ora, se analisarmos bem, em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, perceberemos que o autor utilizou fontes primárias impressas. O seu contato com essas fontes se deu através das publicações da Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro (RIHB) e dos Anais da Biblioteca Nacional (ABN). Vários relatos de viajantes também foram empregados em sua análise. Francisco Iglesias (2000: 204) comenta que “[o] texto é fruto de muita reflexão e pesquisa. Esta faz uso farto de fontes primárias, na quase totalidade já impressas”. Sendo assim, não nos resta dúvida que a criatividade de Prado Júnior, ao reunir determinados documentos e interpretá-los, foi suficiente para o considerarmos um historiador clássico. Aliás, como nos lembra Ítalo Calvino (s/d): “Um clássico é um livro que nunca acabou de dizer o que tem a dizer.” (p.9). “É clássico o que persistir como ruído de fundo mesmo onde dominar a atualidade mais incompatível” (p.12).

Mesmo assim, não devemos recusar o que se tem descoberto com as novas pesquisas históricas, muitas delas já merecem também o título de clássicas. Desta forma, mesmo sendo irresistível prestar uma homenagem a autores como Prado Júnior e Gilberto Freyre, essa admiração não deve transformar-se em adoração, o que nos cegaria para pontos de extrema importância. Alguns historiadores ficam ‘colados’ aos anos 1930 e 40 como se não tivéssemos produzido nada de novo desde então. Outros admitem alguns enganos, mas logo os justificam, como fez Iglésias (2000: 204): “(...) *Justo e rigoroso quase sempre, comete pequenos deslizes como ao falar em ‘raça bastarda’ e ‘pureza racial’, (...) pequenos cochilos de linguagem não o invalidam.*”

Entendemos que, ao enfatizar o materialismo histórico em seu trabalho, Caio Prado foi considerado economicista por muitos. Grosso modo, podemos concordar com essa crítica. Por partir do capitalismo para explicar os interesses de Portugal, na Europa e em sua colônia americana, Caio Prado entregou-se à construção de uma idéia de ‘sistema colonial’ que, embora muito bem ‘amarrada’, desconsiderou fatores internos de total relevância para a compreensão do período. Para Iraci Del Nero da Costa (1995: 4), o maior problema da análise de Caio Prado foi ter considerado que na colônia houve espaço apenas para os que acumulariam capital. E, como sabemos, “...os processos de acumulação no Brasil marcaram-se pela alta concentração da riqueza e pela conseqüente exclusão de largos efetivos populacionais.”

Sendo assim, uma grande e representativa parcela de pessoas ficou conhecida como ‘desclassificada socialmente’, no modelo de Caio Prado, perspectiva também compartilhada pelos trabalhos de Fernando Novais (1995) e Laura de Mello e Souza (1990), por exemplo. Para o professor Iraci Costa, os chamados ‘desclassificados’ se afastaram da acumulação por motivos vários, desde vontade própria até conseqüência do próprio sistema. Caio Prado os relega à marginalidade, ocultando um outro Brasil

que fugiu de sua visão elitista, abrindo, assim, “...as portas para teses simplistas como a que reduziu a questão social a uma questão de polícia.” (COSTA, 1995: 5).

Analisando alguns textos que são escritos sobre Caio Prado Júnior, notamos que há uma enorme resistência em rever sua obra, no sentido de criticá-la para poder redimensionar o conhecimento histórico sobre a economia colonial. Considerar seus livros obra acabada e verdadeira, atitude nada científica. Com isso queremos mostrar nossa intenção em rever não somente o ‘clássico’ Caio Prado, mas principalmente os seus ‘seguidores’, aos quais nossas críticas são mais duras, pelo fato de que esses últimos são nossos contemporâneos. Entendemos que ao criticar a obra de Caio Prado Júnior é necessário cuidado especial, pois, como ensina Michel de Certeau (1982), há que se relevar o lugar e o tempo de onde escreve o autor. Sendo assim, ao analisar as obras clássicas com os ‘óculos’ do presente, elas não se sustentarão, pois através das pesquisas históricas mais recentes, nota-se várias falhas ou omissões presentes naquelas escrituras. Mas à época em que foram escritas, certamente foram inovadoras em muitos aspectos e servem – até hoje – de base para muitos trabalhos acadêmicos. A história, como investigação, deve ressuscitar temas, contestar teorias, enfim, deve ser reescrita. É nesse sentido que endereçamos nossas críticas à tese Fernando Novais (1995), por exemplo. Seguindo a noção de “sentido da colonização” sugerido por Caio Prado Júnior (1999), Novais reproduz também as idéias de Celso Furtado (1972) quando afirma uma dependência estrita, às flutuações econômicas internacionais, por parte da colônia e confirma que o excedente da colônia formava o capital na Europa. Repetindo seus inspiradores, divide a colônia em dois setores: a agricultura monocultora e a subsistência. Dentro desse modelo não haveria espaço para o desenvolvimento interno, já que os escravos da *plantation* produziram o necessário suporte alimentar para os engenhos. Note-se que, desta forma, tem-se a idéia de que toda a colônia – por toda a

sua extensão – apenas cultivou-se em larga escala o produto destinado à exportação e às pequenas hortinhas para a subsistência. O modelo parece não compreender a diversidade regional dos territórios coloniais, particularmente aqueles vinculados à economia mineradora. Ora, quem produzia alimentos, roupas, utensílios e ferramentas para os trabalhadores das minas, os próprios escravos? E quem eram esses trabalhadores das lavras de ouro, somente os escravos? Para os revisionistas, não. As novas pesquisas, baseadas em verificações empíricas e reflexões acerca da diversidade colonial, também indicam a importância da “política”, como é o caso de João Luís Ribeiro Fragoso (1992: 81), que afirma que o resultado “(...) *da transferência da renda colonial para a metrópole [foi] o surgimento e a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em elementos como a hipertrofia do Estado e a hegemonia do fidalgo-mercador e de sua contra-partida, o mercador-fidalgo.*” [E continua:] “*Em resumo, ao reforçar a estrutura agrária tradicional, ao atuar como empresário e inibir a atividade privada, e não realizando investimentos produtivos – pelo contrário, incentivando o crescimento da burocracia e do consumo conspícuo -, o Estado surge como variável fundamental para a própria reprodução da sociedade pré-capitalista.*”

Com isso, Fragoso desmonta o ‘sentido’ da obra de Novais que, desprezando a mentalidade da época e a singularidade ibérica, não percebeu que

“(...) *prevalecem os valores de uma mentalidade pré-capitalista, para a qual ascender na hierarquia social implica necessariamente tornar-se membro da aristocracia. Por esse mecanismo, canalizam-se pesados recursos adquiridos na esfera mercantil para atividade de cunho senhorial, que muitas vezes se esterilizam.*” (FRAGOSO, 1992: 83). [E conclui:] “(...) *a economia colonial brasileira foi montada no século XVI tendo em vista não aquilo que viria a ocorrer fora de Portugal dois séculos depois, mas sim a dinâmica interna e parasitária de uma metrópole que em*

nada se assemelhava a um país em processo de acumulação de capital.” (FRAGOSO, 1992: 83).

Dessa forma, Fragoso propõe uma análise mais lúcida do que pretendia Portugal ao colonizar o Brasil. Atento à peculiaridade ibérica, o professor nos mostra um outro sentido que não a acumulação de capital na Europa, mas sim uma continuidade de suas ordens, de sua sociedade aristocrática, de corte.

Mesmo com essas ressalvas, destacamos algumas passagens do texto de Caio Prado Júnior que validaram confirmam o resultado de nossa pesquisa. De certa forma, é um suporte ao nosso trabalho no que se refere à frente de expansão agrícola nos arredores de uma área tradicionalmente mineradora como Mariana:

“Outros núcleos de povoamento tiveram origem em atividades subsidiárias da mineração ou que a elas se substituíram quando começa a decadência das explorações na segunda metade do século XVIII.” (PRADO JR., 1999: 57) [E continua:] *“Em Minas Gerais a situação é menos grave. A decadência da mineração não foi aí até um quase desaparecimento como em Goiás. (...) o povoamento fora aí muito mais intenso, e, sobretudo, organizou-se em bases sociais mais sólidas. Foi por isso possível renovar e reconstituir, parcialmente pelo menos, o perdido setor da mineração com outros elementos de vitalidade: a pecuária e agricultura. Mas não, a não ser excepcionalmente, nos principais centros mineradores, onde a natureza do solo não se prestava às atividades agrárias. E como aqueles se localizam sobretudo na parte central da capitania, assistimos em Minas Gerais a um movimento demográfico centrífugo, daquela parte central, em que dantes se adensara a população, para a periferia, invadindo mesmo em certos pontos o território de capitânicas vizinhas. Alguns setores daquela periferia já tinham sido ocupados, vimo-lo anteriormente, por pequenos núcleos mineradores; eles se renovarão e começarão outra vida em bases*

diferentes. Outros achavam-se inteiramente desertos, e serão ocupados pela primeira vez. (...)” (PRADO JR., 1999: 75-76, grifo nosso).

Caio Prado Júnior foi o pioneiro em indicar a existência de uma economia interna, constituída basicamente na agricultura e pecuária de subsistência, principalmente em decorrência do desenvolvimento das áreas mineradoras.

Para Furtado (1972), a economia açucareira se compunha de pequeno número de unidades produtivas - os engenhos - e de alta concentração de riqueza em poder de pequenos grupos. Era também uma economia que exigia recursos técnicos mais apurados. Ao contrário da *plantation*, a economia mineradora possuía grande quantidade de unidades produtivas, devido a facilidade da extração aurífera. Com poucos escravos, ou até mesmo sem esse investimento, o minerador obtinha ouro com técnica bem menos sofisticadas, bastando a batéia e um tanto de sorte. Por essas razões, Furtado acreditou que a migração para o mundo açucareiro tenha sido menos atraente do que para o universo das Minas. Defendeu também que o número de escravos no cultivo do açúcar sempre foi maior do que o da população branca, sendo resultado disso a baixa ocorrência das alforrias, tendo ocorrido o inverso na região do ouro. O autor explica que o número de homens livres na região mineradora crescia devido à migração elevada e ao grande número de alforrias concedidas, após o declínio da produção de ouro. Devido à aristocrática atividade açucareira e aos altos recursos financeiros que essa economia exigia, Furtado afirmou que o homem livre pobre não teria condições de ascensão social nesse universo. Uma vez mais, a conclusão é inversa para o ambiente do ouro, onde o pobre podia se mudar para o espaço urbano e progredir. Quanto à atividade agropecuária, o referido autor a descreve como articuladora da colônia, sendo sua fronteira as regiões do interior da colônia. Os dados coletados nas listas nominativas de 1819 de Mariana e Passagem estão em concordância com as idéias de Celso Furtado,

confirmando que a queda da mineração provocou uma crise econômica na região. Gerou uma pobreza que, só não chegou a liquidar com a cidade, por ser esta a sede administrativa e eclesiástica da capitania. Quanto à agricultura de subsistência, também prevista por Celso Furtado, fica faltando dizer, apenas, que essa atividade toma forma independente da grande atividade exportadora, constituindo-se até mesmo em um mercado interno considerável, como podemos conferir nos dados de Santa Rita do Turvo.

Considera mesmo que houve uma expansão da fronteira e uma transformação econômica, para novas atividades, em locais próximos às regiões tradicionalmente mineradoras em conseqüências da crise da exploração aurífera.

Maria Yedda Linhares (1979) amplia a crítica às interpretações tradicionais da história econômica do Brasil. Linhares se opõe a Furtado quando este, à semelhança de Simonsen, define a colônia em "ciclos econômicos". Acredita que esses autores deveriam ter considerado fatos históricos de natureza não-econômica. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, por exemplo. Fato que alterou a fase final do "ciclo do ouro", por gerar um importante mercado consumidor para Minas Gerais. Afirma Linhares que a noção de ciclo econômico também acaba por limitar a interpretação histórica, cegando-a em relação ao conhecimento de uma variável importante no estudo colonial, que é a atividade não-exportadora das regiões periféricas². As análises de Simonsen e Furtado impossibilitam percepções mais realistas, como a do "trabalho livre", por exemplo. Para os referidos autores, na economia açucareira, o trabalho é desenvolvido quase que exclusivamente pelos escravos, havendo, entre os livres, uma tendência à adoção de um comportamento "aristocrático". Ora, essa perspectiva não leva em conta as atividades dos homens livres não-proprietários de escravos que estavam voltados para as atividades de agricultura de

² Consultar também: LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1981.

subsistência³. Outra visão que o modelo tradicional não considera são as atividades desenvolvidas pelas mulheres da época. Sabemos que nos domicílios mais pobres, os próprios donos - muitas vezes pequenos proprietários de escravos-, além de trabalharem junto a seus homens, também suas mulheres desenvolviam atividades que ajudavam no orçamento familiar. É o que nos mostra Douglas Libby (1997), em estudo que faz sobre a produção têxtil em Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX.

Tendo em mente a concepção de "região", enquanto um conceito teórico, não podemos aceitar a conclusão da decadência generalizada das Minas Gerais, devido ao declínio da extração aurífera, sem antes nos perguntarmos em qual espaço sócio-econômico e para qual camada social ela ocorreu. Cabe ainda indagar se a decadência representou o fim efetivo da produção ou se foi apenas um declínio em quantidade. Insistimos: apenas encontraremos essas respostas nos arquivos históricos, com pesquisas verticais.

Os autores revisionistas contestam essa idéia de falência geral das Minas Gerais, em função da decadência da extração do ouro. O trabalho de Carla Almeida, citado na introdução, com as observações já feitas, possui um caráter revisionista, pois pretende demonstrar a importância de outras atividades, além da aurífera. Maria Yedda Linhares, citada anteriormente, com sua crítica à noção dos "ciclos econômicos" também faz essa revisão. Em seu texto, Linhares descreve como as primeiras tentativas historiográficas se posicionaram. Desde Varnhagem até Lemos Britto, mostra que houve, de certa forma, alguma evolução de um pensamento a outro. Os enfoques dados pelos autores foram ganhando certa abertura, partindo do campo político para o econômico e social. Mas, ainda assim, era preciso um rigor acadêmico maior. Surgiram as contribuições de Simonsen, Furtado e, posteriormente, de Caio Prado Júnior, como vimos acima. Essas contribuições, apesar de terem sido melhor desenvolvidas que suas antecessoras, ainda

³ Sobre os não-proprietários de escravos, consulte: COSTA, 1992.

eram pouco fundamentadas. Faltavam-lhes a pesquisa empírica, ou seja, a consulta sistemática aos arquivos. Para Linhares, até o momento em que escreve, 1978, a melhor interpretação da história da mineração pertencia a Sérgio Buarque de Holanda (1973), autor de pesquisa bastante erudita e que fez uso de documentação primária. Em 1960, ao contrário dos autores tradicionais, Holanda não tem uma visão simplista do sistema econômico colonial, admitindo uma variedade maior das produções e também a importância do mercado interno. É pioneiro em afirmar a existência da agricultura de subsistência como atividade paralela à mineração, convencendo-nos de que, mesmo antes do declínio da atividade do ouro, a agricultura já estava enraizada. É cauteloso quanto à localidade das produções agrícolas e não faz generalizações infundadas.

Também Caio Boschi (1996) contribui com a idéia de que Minas Gerais, da época colonial, não pode ser representada apenas pela extração do ouro, fazendo referência ao espaço urbano e ao comércio. Atividade que se mantinha não apenas pelos trabalhadores do ouro, mas também abastecia outras atividades, paralelas ao ouro. Vinculado a esse espaço urbano havia o comércio de maior porte que tramitava entre as províncias.

Nesse sentido, vários autores desenvolveram trabalhos na linha revisionista, merecendo destaque os professores Maria Yedda Leite Linhares, Iraci Del Nero da Costa, já citados e Maria Luiza Marcílio (1973 e 1986) que, valendo-se dos métodos demográficos, revelaram as faces de uma população até então *sem história*. Esses trabalhos abriram o leque de investigações históricas para outros pesquisadores que passaram a detectar um esquema de escravidão diferente daquele adotado nos grandes latifúndios: pequenos plantéis de escravos e pequenas extensões de terra com produção diversificada. Mostraram também a participação das pessoas livres não-proprietárias de cativos que co-habitaram nosso território no período colonial. Suas pesquisas servem,

principalmente, para registrar a importância de se considerar essa parte da população nas reflexões históricas. Iraci Costa (1992) calculou, para algumas localidades paulistas, paranaense, catarinense, mineiras, baianas e piauiense, que a parcela de pessoas não-proprietárias de escravos sempre foi maior do que a de proprietários. Seleccionamos três exemplos, como ilustração, dentre os vários estudos que se seguiram a esse respeito, como ilustração: *Nem Senhores, Nem Escravos – os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*, (MARTINS, 1996), que, utilizando listas nominativas de habitantes e alguns inventários ‘post-mortem’ como fontes primárias, traçou um panorama da parcela livre pobre de Campinas, identificando os domicílios que conseguiram ascender na comunidade; *Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, (MOTTA, 1999), o qual se dedicou à análise da posse de escravos numa região originariamente roceira e posteriormente cafeeira, bem como a demografia da família escrava na mesma localidade; e *Senhores da Terra – família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855* (BACELLAR, 1997), que analisou a transferência de riquezas através de dotes e casamentos.

Desenvolvemos essa pesquisa dentro desse panorama historiográfico e com o intuito de contribuir com os levantamentos regionais já realizados, somando esforços na produção do conhecimento da economia interna na época colonial.

2. Fronteira e Formação Social

Ao iniciarmos nossa busca bibliográfica para discutir o tema das fronteiras percebemos que há uma grande lacuna ainda a ser preenchida. Poucos autores se dispuseram a estudar a questão da fronteira no Brasil, e parece inevitável buscar apoio nas definições do norte-americano Frederick Jackson Turner, que estudou os movimentos de ocupação do território norte-americano, denominando-os 'fronteiras em movimento'. Sua tese, resumidamente, é a de que o 'Novo Mundo' se formou em consequência de quatro fatores básicos:

"(1) the spread of settlement steadily westward; (2) all the economic, social and political changes involved in the existence of a belt of free land at edge of settlement; (3) the continual settling of successive belts of land; and (4) the evolution of those successive areas of settlement through various stages of backwoods life, ranching, pioneer farming, scientific farming, and manufacturing." (LOMBARDI, 1975: 439)

Maria Yedda Linhares (1959) afirma que, para Turner,

"(...) é a fronteira o tema central para a compreensão e interpretação do passado americano. Segundo ele, foi nas novas terras do oeste em marcha - faixa pioneira do século XIX -, tendo por base a economia de pequenos proprietários e trabalho livre determinados pelo meio geográfico - que se desenvolveu a idéia de democracia. Todo o desenvolvimento americano subsequente, inclusive o das instituições políticas, deve ser entendido à luz daquele fator preponderante."

Turner sugeriu que sua tese fosse testada em outros países com formação econômico-social semelhante a dos Estados Unidos (LOMBARDI, 1975: 437). Alguns autores, como é o caso de Otávio Guilherme Velho (1979) e Mary Lombardi (1975),

realizaram esse exercício de forma ensaística. Da leitura de seus textos, destacamos possibilidades e também incompatibilidades para a comparação sugerida por Turner. Desta forma, ao compararmos os movimentos de expansão de fronteira nos Estados Unidos com os mesmos movimentos ocorridos no Brasil, temos duas sociedades realmente similares no que diz respeito ao modo como foram 'encontradas' e 'conquistadas' pelos europeus. Seus espaços, originalmente ocupado por aborígenes, foram colonizados e assim mantidos por, pelo menos, três séculos. A expansão territorial - no sentido econômico/ demográfico - ocorreu, principalmente em direção ao interior/ oeste, em ambos os territórios possíveis de comparação, processo marcado pela mistura de culturas e raças. Todas essas transformações, pelas quais passaram as Américas, resultaram numa sociedade muito típica e que, de acordo com Turner, através do estudo das 'fronteiras em movimento', é possível conhecer o processo de formação e desenvolvimento desses territórios.

Antes de tentarmos comparar as 'fronteiras' dos Estados Unidos com as do Brasil, é preciso atentar-se para a diferença que os termos 'frontier' e 'fronteira' recebem, ao serem vertidos, ou traduzidos, para um e outro idioma. Na língua inglesa, o termo 'frontier' é utilizado para identificar as expansões territoriais, enquanto que o termo 'boundary' significa 'limite administrativo'. Em português, a expressão fronteira é ambígua, pois pode significar as duas coisas. Mary Lombardi (1975) explicita isso:

"A comparison of the historiographical significance of the frontier in Brazil and in the United States should ideally begin with definitions of the concept of the frontier in each country. Turner himself never resolved this question, using 'frontier' and 'west' interchangeably in his works, meaning a geographic area at one time, and a process at another."

Possibilitada a comparação, devemos nos ater às diferenças essenciais que se configuraram nas Américas inglesa e portuguesa. A primeira delas, talvez a mais importante e definidora da personalidade dos colonos, é o fato de que os ingleses deixaram em seu local de origem a forma aristocrática de agir e se puseram a trabalhar. Os portugueses, ao contrário, optaram pela construção de um império baseados em sua sociedade tradicional de ordens, onde o trabalho deveria ser entregue aos 'inferiores' da sociedade. Essa característica implicou em explorar a colônia da maneira mais inconseqüente possível, sem a preocupação com a escassez dos recursos naturais e também da mão-de-obra. Os ingleses, no intuito de 'construírem' novos lares, trabalhavam o território conquistado de forma mais planejada. A caracterização feita por Sérgio Buarque de Holanda (1995), em relação aos colonizadores das Américas e suas 'personalidades' diferentes, e até opostas, parece ser indispensável ao debate a respeito dos movimentos de fronteira no período colonial:

*"Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do **aventureiro** e do **trabalhador**. (...) Para uns, o objetivo final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. **Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore.** (...)*

***O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo.**" (HOLANDA, 1995: 44, grifo nosso).*

Holanda prossegue, contrapondo o aventureiro ao trabalhador, afirmando que "*(...) existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura*" (HOLANDA, 1995: 44). Ora, será justamente um meio termo entre essas duas éticas que acreditamos ter existido no mundo da fronteira do Brasil Colonial dominado pelos pequenos proprietários.

A fronteira, para Turner, como já vimos, estava em direção ao oeste somente. No caso do Brasil, tivemos, num primeiro momento, algo semelhante. Da costa passou-se ao interior, em busca de metais e pedras preciosas, de índios para a mão-de-obra, enfim, em busca de novas 'oportunidades de enriquecimento'. Mas ao fim do século XVIII e início do XIX, o que temos é uma frente de expansão agrícola que ocorreu no interior. No caso da atual Zona da Mata mineira, por exemplo, temos um movimento do 'centro' do interior (das minas) para a periferia, onde se desenvolveu a agricultura de subsistência e de abastecimento interno da Colônia. Mais uma vez, citamos Prado Júnior: "*(...) assistimos em Minas Gerais a um **movimento demográfico centrífugo**, daquela parte central, em que dantes se adensara a população, **para a periferia**, invadindo mesmo em certos pontos o território de capitâneas vizinhas.*" (PRADO JR., 1999, grifo nosso). Os roceiros, que estudaremos a seguir, talvez sejam o tipo que mais se assemelha ao 'frontier' de Turner.

3. Mineração e agricultura mercantil de subsistência

Atividades e (des) ocupações

Mesmo considerando a geografia local de Mariana e Passagem – campos rupestres de altitude – e, admitindo que sua única exploração de recursos naturais era a aurífera, não podemos deixar de lado as outras atividades possíveis de serem localmente exercidas. A partir da tabela 1, podemos ter noção da diversidade sócio-profissional em questão. No caso de Mariana - sede política, administrativa e religiosa - encontramos uma série de atividades que diversificavam a economia. O número de comerciantes (loja ou venda), unidos aos ‘homens de negócio’⁴ – provavelmente negociantes de bens de maior valor, como escravos, imóveis e animais –, correspondiam a 12% dos domicílios locais. Esse número indica que a sede manteve a condição de centro comercial. Os religiosos, 6% dos fogos, parecem ter atendido ao Termo de Mariana inteiro, ou, pelo menos, todas às demais regiões aqui estudadas, pois só aparecem na sede. O mesmo pode ser afirmado em relação aos cargos públicos, 4,9% dos fogos. Os alfaiates, por sua vez, apareceram nos três locais. Já os carpinteiros, marceneiros e pedreiros estavam instalados apenas em Mariana e Passagem, o que talvez mostre o grau de independência dos que migraram para a fronteira levando apenas a força de seu trabalho, levantando as próprias casas e roças, quase sempre sem recursos para a contratação de profissionais especializados. Quanto aos mineiros, a maior parte estava domiciliada em Passagem, confirmando a manutenção da atividade econômica tradicional nessa região. Para Passagem destaca-se, também, o número elevado de negociantes e ferreiros.

A grande quantidade daqueles que não possuíam ocupação ou atividade declarada – dos quais a maioria constava na lista como indigentes – revela que a

⁴ Quanto aos homens de negócio na Colônia, consultar VENÂNCIO & FURTADO (2000) e FURTADO (1999)

pobreza estava concentrada, naquele momento, em Mariana e Passagem, freguesias nas quais quase metade dos chefes de domicílio foram declarados “sem ocupação”. Em Santa Rita, por sua vez, “apenas” 30% dos chefes de domicílio foram enquadrados nessa categoria. Os dados dessa mesma freguesia mostram que quase 64% dos domicílios da fronteira estavam ocupados em suas roças, ainda que a maior parte dessa produção fosse, provavelmente destinada ao consumo próprio, esse quadro sugere que, localmente, a situação econômica era melhor do que a registrada em Passagem ou em Mariana. Tal suspeita é confirmada pelo fato de, como indica a tabela 2, Santa Rita possuir, em termos relativos, os maiores plantéis acima de 5 escravos e, em termos absolutos, os maiores plantéis acima de 20 escravos.

Tabela 1 – Atividades Comparadas

ATIVIDADES	Áreas mineradoras			Área de expansão da			Total	
	Tradicionalis*			fronteira agrícola**			TOTAL	%
	abs	% grupo	% área	abs	% grupo	% área		
COMÉRCIO/ARTESANATO	141		27%	10		4%	151	20%
Açougueiro	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Alfaiate	12	9%	2%	2	20%	1%	14	2%
Armeiro	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Artista	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Cabeleireiro	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Caixeiro	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Carapina	0	0%	0%	2	20%	1%	2	0%
Carpinteiro	13	9%	2%	0	0%	0%	13	2%
Cobranças	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Ferreiro	9	6%	2%	2	20%	1%	11	1%
Gado	2	1%	0%	0	0%	0%	2	0%
Lenheiro	3	2%	1%	0	0%	0%	3	0%
Loja ou venda	30	21%	6%	3	30%	1%	33	4%
Marceneiro	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Mascate	2	1%	0%	0	0%	0%	2	0%
Negócio	30	21%	6%	0	0%	0%	30	4%
Ourives	2	1%	0%	0	0%	0%	2	0%
Pedreiro	2	1%	0%	0	0%	0%	2	0%
Pintor	7	5%	1%	0	0%	0%	7	1%
Relojoeiro	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Sapateiro	15	11%	3%	0	0%	0%	15	2%
Seleiro	4	3%	1%	0	0%	0%	4	1%
Tabaqueiro	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Tintureiro	1	1%	0%	0	0%	0%	1	0%
Tropeiro	0	0%	0%	1	10%	0%	1	0%

EXTRAÇÃO NATURAL								
E AUTÔNOMOS	371		70%	213		96%	584	78%
Advogado	6	2%	1%	0	0%	0%	6	1%
Carcereiro***	1	0%	0%	0	0%	0%	1	0%
Chacareiro	1	0%	0%	0	0%	0%	1	0%
Estalagem	2	1%	0%	0	0%	0%	2	0%
Fazendeiro	4	1%	1%	0	0%	0%	4	1%
Jornaleiro	2	1%	0%	4	2%	2%	6	1%
Lavrador	2	1%	0%	0	0%	0%	2	0%
Mineiro	43	12%	8%	0	0%	0%	43	6%
Músico	1	0%	0%	0	0%	0%	1	0%
Porteiro	1	0%	0%	0	0%	0%	1	0%
Professor	3	1%	1%	0	0%	0%	3	0%
Religioso	21	6%	4%	0	0%	0%	21	3%
Roceiro	9	2%	2%	142	67%	64%	151	20%
Sem ocupação	273	74%	52%	67	31%	30%	340	45%
Seringueiro	2	1%	0%	0	0%	0%	2	0%
CARGOS PÚBLICOS	18	100%	3%	0		0%	18	2%
TOTAL	530			223			753	
* Mariana e Passagem; ** Santa Rita do Turvo ***Na época, carcereiro não era um funcionário público Fonte: Listas nominativas de habitantes, AHCMM.								

Posse de escravos

As transformações ocorridas no início do século XIX trouxeram consigo a oportunidade dos comerciantes, responsáveis pelo abastecimento interno da Colônia, prosperarem. Como nos mostra Martins (1996), esses pequenos produtores, responsáveis pelo abastecimento do centro-sul, foram subestimados nas pesquisas. Por sua ínfima – e muitas vezes inexistente - posse de escravos, e por não estarem diretamente vinculados às grandes transações exportadoras, tais grupos não foram estudados, até os anos 1970, com a devida profundidade. Após essa data, contamos com preciosas contribuições - repetindo Valter Martins – como as de Alcir Lenharo, Kátia Mattoso, Robert Slenes, Maria Luiza Marcílio, Maria Yedda Leite Linhares, Iraci Costa, Francisco Vidal Luna, assim como de outros trabalhos mais recentes, como os de João Luís Ribeiro Fragoso, Manolo Garcia Florentino e Carlos de Almeida Prado Bacellar.

Essa “escravidão miúda” - como denominou Bacellar (2000) – pode, em muito, nos esclarecer a respeito da dinâmica interna da Colônia.

Tabela 2 – Plantéis por domicílios

Plantéis	Áreas mineradoras		Área de fronteira	
	Abs	perc	abs	perc
1 escravo	57	26%	19	19%
2-5 escravos	118	53%	46	46%
6-10 escravos	25	11%	20	20%
11-20 escravos	19	9%	12	12%
21 ou + escravos	2	1%	4	4%
	221		101	

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes, AHCMM.

Para a maior parte da Capitania de Minas, a historiografia tradicional caracterizou a decadência econômica com base em informação de natureza fiscal. Se considerarmos os dados de Virgílio Noya Pinto (1985), para os anos iniciais da exploração mineradora, e os compararmos com o ano de 1819, perceberemos claramente uma decadência nessa atividade. Entre 1741 e 1760, a produção aurífera anual era de 14.600 kg, em 1819, essa produção estava reduzida a 1.760 kg. De fato, tal declínio é perceptível nos dados encontrados na lista de habitantes das áreas que estamos definindo como tradicionais. Dessa maneira, podemos afirmar que a situação de penúria em Passagem corresponde à descrita pela historiografia clássica sobre as regiões mineradoras. Quanto a sede de Mariana, acreditamos que a sociedade local também vivenciou a crise mineradora, mas esse declínio econômico foi atenuado em razão das atividades burocráticas, comerciais e artesanais, que garantiam, localmente, a circulação de recursos monetários. Quanto a isso, não deixa de ser significativo, como indica a tabela 3, a forte presença de senhores marianenses com plantéis de 1 a 5 escravos. Talvez o caminho dos senhores locais fosse o de enriquecer, como

comerciantes ou artesãos, e depois, ascender socialmente, conquistando cargos públicos de influência.

Tabela 3 – Plantéis da Área Mineradora

Plantéis	Mariana		Passagem	
	Abs	perc	abs	perc
1 escravo	63	16,32	11	6,11
2-5 escravos	99	28,24	30	16,67
6-10 escravos	26	6,74	2	1,11
11-20 escravos	8	2,07	4	2,22
21 ou + escravos	1	0,26	1	0,56
	197		48	

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes, AHCMM.

Ao voltarmos à análise minuciosa da posse de escravos, comprovamos que, dentre as três regiões estudadas, todas possuíram mais de 50% de seus “domicílios não-escravistas” e também, para todas elas, a maioria dos escravistas possuiu, em média, um plantel de dois a cinco escravos.

Agregação domiciliar

É difícil generalizar os casos de agregação, pois sabemos que alguns deles não envolvem dependência econômica, mas sim afetiva. Por exemplo, um domicílio no qual o chefe falece, deixando sua esposa e filhos, pode passar a ser comandado por um dos filhos, daí a viúva passará a contar como “agregada”. Ou ainda, a viúva muda-se para a casa de um filho e passa a ser sua “agregada”, não necessariamente por dependência econômica, mas por proteção e convívio familiar. Conforme observou Costa (1994), *“definiam-se como agregados os indivíduos que se incorporassem a domicílios já constituídos e que, por via de consequência, passassem a manter com os chefes de tais*

domicílios um relacionamento de caráter pessoal que assumiu historicamente as mais diversas formas, excluídas a subordinação absoluta (escravismo) ou condicional (feudalismo) e, evidentemente, o assalariamento puro e simples. Também podiam passar a ser considerados agregados os que, embora já integrantes do domicílio, viessem a experimentar importante mudança de status; tomado, este último termo, em sua mais larga acepção." Assim sendo, acreditamos que o elemento 'agregado' mereça um estudo especial, que dê conta de todas as suas variáveis. Apenas como um exercício, levantamos os números da agregação dos espaços analisados. A agregação como sobrevivência, ou ascensão econômica, renderia ao chefe do fogo mais trabalho, maior força produtiva, ao mesmo tempo que livrava o agregado de investir recursos na construção de um domicílio próprio. Chefe e agregado poderiam, ou não, trabalharem juntos, pouparem e crescerem juntos, aumentando a produção total do domicílio somando o número de escravos que possuíam. Agregados e chefes de domicílio também poderiam apenas unirem seus esforços para juntos sobreviverem à miséria recíproca, reunindo, num único fogo, mais braços e, conseqüentemente, garantindo o nível mínimo de subsistência. O gráfico 1 investiga a relação entre pobreza e agregação. Como pode ser observado, ter poucos escravos não levava necessariamente à acolhida de um número mais elevado de agregados.

Tabela 4 – Escravos e Agregados

	Domicílios com escravos		Domicílios com agregados	
	Abs	perc	abs	perc
Mariana	197	56,28	125	35,71
Passagem	48	26,66	53	29,44
Santa Rita do Turvo	100	44,84	50	22,42

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes, AHCMM.

Quando analisamos comparadamente as freguesias, podemos perceber que os domicílios possuidores de agregados são, em maior quantidade, em Mariana. Talvez

isso indique que parte desses agregados migrou de outro local para a sede, em busca de ascensão social ou profissional, atitude que pode ser investigada através dos registros paroquiais. O fato é que o número de domicílios pobres indigentes (ver tabela 5), ou seja, o número daqueles que não contribuíram com o imposto, também é maior em Mariana. Esse dado parece confirmar a sugestão anterior: possuir agregados era uma estratégia de sobrevivência, tanto para o chefe quanto para o próprio agregado e também para suas famílias, é claro. Tanto em Mariana quanto em Passagem, entendemos que houve, desde o início da mineração, pessoas instalando-se rapidamente em domicílios precários. Daí a existência de uma agregação por ‘oportunidade econômica’. Com o declínio da mineração, manteve-se a agregação, desta vez pela falta de recursos. Já para Santa Rita do Turvo, região de fronteira livre, com grandes extensões de terra fértil e com grande número de domicílios escravistas, encontramos menos agregação, o que sugere uma certa independência econômica dos que se aventuravam pelas fronteiras. O gráfico dos indigentes, abaixo, confirma essa situação, já que Santa Rita reuniu o grupo de pessoas que mais contribuiu com os impostos para a Câmara no ano de 1819.

Tabela 5 – Domicílios Indigentes

	Abs	perc
Mariana	117	33,42
Passagem	49	27,22
Santa Rita do Turvo	39	17,48

Fonte: Listas Nominativas de Habitantes, AHCMM.

Esses resultados nos mostram a diversidade econômico-social de um importante centro econômico colonial, numa época em que a fronteira agrícola se apresentava como uma nova saída para pobreza causada pelo declínio da mineração. Conforme Iraci Costa indicou: *“Tais condições compeliram os mineiros à seguinte alternativa:*

demandar novas áreas, onde predominariam por muito tempo as atividades de subsistência, ou permanecer nos antigos centros, a testemunhar o irremissível apoucamento econômico”.(COSTA, 1981: 60)

O perfil dos senhores escravistas

Os inventários ‘post-mortem’ revelam muito sobre a cultura material de uma época. É claro que contamos com inúmeros impasses ao trabalhar com esse tipo de fonte, pois, como sabemos, não podemos precisar a quantidade de inventários que se perderam ou que se deterioraram nos arquivos ao longo dos anos. Outro problema a se levar em conta é que nem todas as pessoas decidiam fazer inventário – temos em mente que o custo da burocracia sempre foi muito alto - e outras tantas nem possuíam bens que implicassem na elaboração desse documento. Mesmo assim, a título de ilustração, julgamos interessante um passeio por essa série documental tão interessante. Através deles conhecemos como eram as casas, de que eram feitas, quais os seus detalhes e dimensões, conhecemos também o mobiliário, o vestuário, as utilidades domésticas e as ferramentas de trabalho, bem como os animais, as pedras preciosas e os escravos possuídos. A partir daí, várias hipóteses podem ser lançadas acerca da composição da riqueza, de sua distribuição, das razões de masculinidade e preços dos escravos, das faixas etárias de cativos etc. Nessa perspectiva, alinhavamos algumas idéias sobre as três regiões aqui acolhidas e estabelecemos um panorama social e material baseado nos ‘poucos’ inventários localizados entre os anos 1819 a 1821.

A propriedades – casas de morada, fazendas e sobrados

Começando por Mariana, seguimos a ordem da grandeza dos monte-mores. O inventário mais ‘abastado’ que encontramos foi do Padre José Xavier de Mello Alvim⁵.

⁵ APCSM, Inventário, 1º ofício, códice 149, auto 3117, 1820.

O monte-mor somou 9:498\$601, bem razoável para a época. Quanto aos bens de raiz, o religioso possuía *huas lavras de [calho] aberto sitas no Itacolomim (...) com agoas e regos metidos, com ranxos ou senzalas abertas de capim e Mattos respectivos, sozinhas custavam 2:400\$000. Possuiu também um moinho corrente e uma casa de vivenda nova (...) coberta de telha. O segundo homem com mais posses – Cônego Arcipreste Raimundo da Silva Cardozo⁶ - somou um patrimônio total de 2:711\$049. Valor bem mais baixo que seu colega de ofício, mas ainda significativo. Suas propriedades constituíam-se de *hua morada de casas de sobrado, hum terreno que serve de xacara adiante da ponte do bocão, estrada de Vila Rica, outro igual terreno, hua morada de casas arruinadas em Santa Luzia com seu quintal e pasto e, ainda, hua chacara em São Sebastião (...) com terras menores e moinho.**

Cirurgião-mor, Domingos Fernandez Chaves⁷, é o terceiro da lista dos ‘riquinhos’. Seu monte-mor importou em 2:349\$699. Possuía uma *morada de casas de sobrado sitas a Rua Direita nesta cidade. A Dona Francisca Joaquina de Almeida⁸ teve, em seu inventário, apenas um bem descrito: o que resta de uma escritura de terras mineraes, no valor de 1:807\$557 ½. Thereza Marcelina⁹, com um monte-mor bem mais modesto – 905\$000 – possuiu apenas *morada de cazas sita no largo da Praça de sobrados cobertos de telha, arruinados com pateo e quintal. Propriedades parecidas, em termos de preços e condições, pertenciam à Anna Margarida Joaquina¹⁰ - monte-mor 841\$325 -, que possuiu *huas cazas de terras mineraes com suas agoas sita no morro do Galego com vinte e duas datas e subúrbios desta Cidade. A defunta Jacintha Maria de Jezuz¹¹ apresentava a mesma situação, monte-mor 314\$425, e uma *morada de cazas de sobrado sita na Rua Direita desta Cidade coberta de telhas com seu quintal murado****

⁶ APCSM, Inventário, 1º ofício, código 125, auto 2612, 1820.

⁷ APCSM, Inventário, 1º ofício, código 31, auto 743, 1819.

⁸ APCSM, Inventário, 1º ofício, código 128, auto 2686, 1820.

⁹ APCSM, Inventário, 1º ofício, código 98, auto 2080, 1819.

¹⁰ APCSM, Inventário, 1º ofício, código 137, auto 2861, 1820.

¹¹ APCSM, Inventário, 1º ofício, código 157, auto 3280, 1820.

*de pedra. Também possuía uma morada de cazas (...) coberta com telhas, seu quintal murado de pedras (...), o falecido Vicente Miranda¹², com um monte-mor no valor de 168\$425. Do inventário do senhor Felipe Jozé de Oliveira¹³, com seus ínfimos 65\$340, constam *direito e acção de um Eputeca de hua chacara sita no Domingos Velho possada por Luiza Maria (...)* e também uma *pequena morada de cazas com seu quintal aberto sita na Rua do Rosário velho desta cidade.**

Como vimos, Mariana possuía uma arquitetura quase que ‘padronizada’ de casas de morada coberta por telhas, às vezes com quintal ou com muro de pedras, o que conferia certo ‘status’ às casas. É claro que essas são as casas mais abastadas, as que constam dos inventários. Não podemos nos esquecer daqueles que nem tiveram casas, dos que possuíram apenas ‘barracões’ e dos que não mencionaram suas moradas nos inventários, como Maria Bonifácia Azevedo¹⁴ e o Tenente Antonio Jozé da Costa Pereira¹⁵, ambos com patrimônios da ordem de 141\$000. Em Passagem, a situação se repete: moradas de casas cobertas de telhas assoalhadas com seu quintal murado de pedras (...)¹⁶. Na área de fronteira, ou seja, em Santa Rita do Turvo, encontramos uma *fazenda com cazas de vivenda, engenho de bois, Ermida, Moinhos, Monjolos, [], Senzalas, Estrevarias, [], Engenho de Serra, Caza de tear algodão com sua roda e furos, carros carrotoens, bananeiras laranjaes alguduaes cana plantada terras de planta que se compõem de uma sesmaria hum quarto (...)*. A fazenda contava ainda com uma capela própria, terras pertencentes ao Padre Manoel Ignácio de Castro¹⁷, que acumulou um patrimônio de 8:901\$487.

Mobiliário – o conforto de uma época

¹² APCSM, Inventário, 1º ofício, código 139, auto 2808, 1820.

¹³ APCSM, Inventário, 1º ofício, código 143, auto 3000, 1819.

¹⁴ APCSM, Inventário, 1º ofício, código 130, auto 2627, 1819.

¹⁵ APCSM, Inventário, 1º ofício, código 55, auto 1220, 1819.

¹⁶ APCSM, Inventários, 1º ofício, códigos 151 e 46, autos 3161 e 1071, respectivamente.

¹⁷ APCSM, Inventário, 2º ofício, código 79, auto 1690, 1819.

O mobiliário encontrado nos inventários das três regiões soma 293\$865, ou seja, apenas 0,96% do total geral dos monte-mores. Representam muito pouco numericamente e monetariamente. São, em geral, mesas com fechaduras, caixas e baús também com suas fechaduras, catres e espreguiceiros de jacarandá torneados, bancos e tamboretas, algumas cadeiras de campanha poucos armários e estantes e alguns caixões. Apesar dos móveis, relativamente, custarem pouco, eles não somavam grande quantidade. Eram feitos de madeira comum, branca ou jacarandá. Alguns recebiam tratamento especial, como pés torneados ou capa de couro, o que elevava seus preços.

Objetos religiosos

Os objetos religiosos representaram apenas 0,60% do total dos monte-mores dos inventários selecionados. É curioso notar como, numa sociedade tão dedicada à fé cristã, as pessoas mais ricas foram as que menos investiram nas relíquias e adornos sagrados. Em Mariana, sede arquidiocesana, apenas 0,37% do patrimônio dos inventariados foram destinados às imagens, crucifixos e oratórios. O padre mais rico de nossa amostra contribuiu com apenas 2\$700, equivalente a 0,02% de seu monte-mor, enquanto um fiel de posses bem mais humildes, investiu 20% de seus recursos em imagens e oratórios. Em Passagem, 1,18% do total das somas dos inventários que consultamos foram representados por objetos religiosos. Surpreendentemente, na fronteira agrícola, para a qual foi possível levantarmos apenas um inventário, o Padre fazendeiro ergueu uma Capela e seus itens internos somaram 82\$200. Mesmo que esse valor represente apenas 0,92% de seu monte-mor, ainda assim significa um investimento bem maior, relativamente, que Mariana e Passagem juntas.

Talvez esses resultados pudessem confirmar a crise econômica das áreas mineradoras e a aparente prosperidade da região de fronteira agrícola. Mas, como os inventários encontrados não são suficientes para tal conclusão, preferimos interpreta-los

apenas como um indício e procurar outras fontes capazes de nos revelar dados mais concretos.

Os escravos

Os escravos são, juntamente com os bens de raiz e os metais preciosos, o peso maior dos inventários. Abaixo, na tabela 4, segue os valores investidos em mão-de-obra escrava, bem como seu percentual frente aos monte-mores.

Tabela 4 – Escravos e monte-mores entre 1819 e 1821

	Mariana	Passagem	S.Rita
Investimento em escravos	5:425\$800	961\$551	6:128\$000
Total dos monte-mores	18:946\$095	2:477\$727	8:901\$487
% do valor dos escravos	28,6%		69%

Fonte: Inventários post-mortem, ACSM.

Como pode ser observado, há pequenas variações, no mundo da cultura material, entre a área tradicional e a de fronteira. Contudo, no que diz respeito à escravidão, essa situação é bem diferente: a tomar por nosso levantamento, o sistema escravista mineiro, no início do século XIX, se afastou das terras auríferas em busca das áreas agrícolas. A Minas do Ouro, dessa maneira, cedia, progressivamente, lugar à Minas Roceira.

Fontes

- Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM)
 - Lista Nominativa de Habitantes de Mariana, 1819, código 651
 - Lista Nominativa de Habitantes de Passagem, 1819, código 663
 - Lista Nominativa de Habitantes de Santa Rita do Turvo, 1819, código 742
- Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM)

- Inventários *post-mortem*, 1º e 2º ofícios, 1819 a 1820

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo. “Duas visões do comportamento camponês”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.20, nº2, maio-agosto/ 1990, p.305-322
- ALMEIDA, Carla Maria C. “Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização”. In: *LPH – Revista de História*, Mariana: UFOP, nº5, 1995, p.88-111
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. “Roceiros e fazendeiros: hierarquia na agricultura de Mariana da primeira metade do século XIX”. In: *LPH - Revista de História*, Mariana: UFOP, nº 7, 1997
- _____. “Espaço Econômico Agrário e Exteriorização Colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX”. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.113-125
- ANDRIETTA, Selma Árabe e VENANCIO, Renato Pinto. Santa Rita do Turvo, 1819: estratégias de geração de renda. *Boletim de História Demográfica*, NEHD/ FEA-USP, São Paulo, v.VII, n.19, p.2, 1999.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A escravidão miúda em São Paulo. In: SILVA, Maria Baetriz Nizza da. (org.) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- _____. *Os senhores da terra – família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/ UNICAMP, 1997 (Coleção Campiniana, 13).
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora Sterb, 1971.

BERGAD, Laird W. “Depois do *boom*: aspectos demográficos e econômicos da escravidão em Mariana, 1750-1808”. In: *Estudos Econômicos*, 24, nº3, 1994, p.495-525.

BIEBER, Judy. *Power, Patronage and Political Violence: State Building on a Brazilian Frontier, 1822-1889*. Nebraska/ USA: University of Nebraska Press, 1999.

BOSCHI, Caio C. “Nem tudo o que reluz vem do ouro...”. In: SZMRECSANYI, Tomás (org.) *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.57-65

BURGUIÉRE

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos?* Trad. José Colaço Barreiros. Lisboa: Editorial Teorema, s/d.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Repensando a construção do espaço. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p.7-23, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, BRIGNOLI, *Os métodos da história*

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos – Creações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Geraes (1709 – 1915)*. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Geraes, 1922.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COLLINGWOOD, R.G. *A idéia de história*. 8ª ed. Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia Miúda*. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

_____. Breve nota sobre plantel

_____. História e Demografia

_____. *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982.

_____. Os não-proprietários de escravos: nota sobre uma pesquisa em andamento. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo: 4 (4): 145-150, 1983.

- _____. *Populações Mineiras. Sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/ USP, 1981 (Ensaio Econômico, 7)
- _____. Por uma definição abrangente da categoria 'agregado'. *Boletim de História Demográfica*. São Paulo, FEA-USP, 1 (1), 1994.
- _____. Por uma definição de Demografia Histórica.
- _____. Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior. In: *Cadernos NEHD*, Núcleo de Estudos em História Demográfica – FEA/ USP, São Paulo, n.3, 1995, 45p.
- D'INCAO, Maria Ângela (org.) *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense/ Unesp/ Secretaria do Estado da Cultura, 1989.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, c.III, p.163-221.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro, FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto – mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Comp.Ed.Nacional, 1972, p.73-86
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999 (Col. Estudos Históricos, 38).
- FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real exportação*. São Paulo: Annablume, 1996, p.37-72
- GONÇALVES, Mildred Regina. História Regional: caminhos e problemas da pesquisa. *Estudos de História*, Franca, n. 1, p.245-251, dez. 1994.

- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978, p.426-450.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos* 17 (2): 297-314, maio/ ago 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas”. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1973, t.1, vol.2, p.259-310.
- IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Froteira/ Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.
- KONDER, Leandro. Caio Prado Jr.: Nadador e Aviador. In: *Revista USP*, São Paulo (38): 58-63, junho/ agosto 1998.
- KULA, Witold. Sistema Económico e Teoria de um Sistema Económico. In: _____. *Teoria Económica do Sistema Feudal*. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1979. p. 169-179. (Col. Biblioteca de Textos Universitários, 31)
- LIBBY, Douglas Cole. “Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.27, nº1, janeiro-abril 1997, p.97-125
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, c.4, p.186-256
- LINHARES, Maria Yedda. “O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência”. *Seminário sobre cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho de Cultura de Minas Gerais, 1979, p.147-171.
- _____. Frederick Jackson Turner. *Boletim de História* 1, (2 e 3): 109-110, Rio de Janeiro, jan-mar e abr-jun 1959.
- LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira – combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOBO, Isamar Gonçalves. História local: uma nova abordagem historiográfica. *Debates Regionais*, João Pessoa, n. 3, p. 53-57, 2.sem. 1996.
- LOMBARDI, Mary. The frontier in Brazilian History: an historiographical essay. In: *Pacific Historical Review*, vol. XLIV, n. 4, 1975, p. 437-457.
- LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE/ Pioneira, 1982.

- _____. Posse de escravos em São Paulo no início de século XIX. *Estudos Econômicos* 13 (1): 211-221, jan-abr 1983.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edições Paulinas/ CEDHAL, 1986.
- MARTINS, Roberto Borges. “Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão”. In: *Estudos Econômicos*, 13, nº1, 1983, p.181-209.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. Campinas/ SP: Área de Publicações CMU/ UNICAMP, 1996, p. 15-28 (Col. Campiniana, 10).
- MAURO, Frédéric. “Do ouro das Minas ao café do Paraíba: observações de história comparada”. In: *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 257-268.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 1999.
- _____. The historical demography
- MOTTA, José Flávio, COSTA, Iraci Del Nero da. A formação econômica e social do Brasil sob nova ótica.
- _____. Da sementeira à colheita
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Minas: específicas em sua formação e gerais na configuração de suas fronteiras sociais e espaciais. In: *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História* (20: 1999: Florianópolis). História: fronteiras/ Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP: ANPUH, 1999. p.659-673.
- NOZOE, Nelson H., COSTA, Iraci Del Nero da. Achegas para a qualificação das listas nominativas. *Estudos Econômicos* 21 (2): 271-284, maio-ago 1991.
- NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995 (Estudos Históricos, 1).
- PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

- PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*, 15ª ed. São Paulo: Difel, 1985, p.126-145.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 3ª reimpr. Da 23ª ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRIORI, Angelo. História regional e local: métodos e fontes. *Pós-história*, Assis, v. 2, p. 181-187, 1994.
- RÊGO, Rubem Murilo Leão. Caio Prado Jr.: Sentimento do Brasil. In: *Revista USP*, São Paulo (38): 78-87, junho/agosto 1998.
- REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: O primeiro marxista brasileiro. In: *Revista USP*, São Paulo (38): 64-77, junho/ agosto 1998.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos – Engenheiros e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988
- SILVA, Marcos A. da. A história e seus limites: notas sobre região e interdisciplinaridade. *Revista USP*, São Paulo, n. 33, p.208-216, mar./abr./ maio 1997.
- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Comp.Ed.Nacional, 1978, p.269-302.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. (Biblioteca de História, v.8).
- VENANCIO, Renato Pinto, FURTADO, Júnia Ferreira. Comerciantes, tratantes e mascates. In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 93-114.
- VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p.84-97, 1997
- WEBER, Max. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Trad. Carlos Grifo Babo. 2ª ed., Portugal: Editorial Presença, s/d. p.7-111 (Col. Biblioteca de Ciências Humanas)